

O CAPITAL E A MÃO INVISÍVEL DO TRABALHO: notas debate sobre a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo

Ângela Borges*

RESUMO: *As mudanças no mundo do trabalho provocadas pelo esgotamento da fase de expansão do capitalismo que ficou conhecida como "anos dourados" deram origem a uma grande variedade de formulações que têm em comum o fato de anunciar algum tipo de "fim", tais como o "fim da sociedade do trabalho", o "fim da centralidade do trabalho", o "fim dos empregos", etc.*

Estas notas buscam retomar essa discussão, problematizando tanto a base empírica sobre a qual se assentam os discursos dos vários "fins" como o significado dessas transformações e propondo uma leitura dos processos em curso, diversa daquelas que concluem pela perda de relevância do trabalho, seja como fator de produção seja como elemento estruturador da sociedade e da identidade dos indivíduos.

PALAVRAS CHAVE: *Sociologia do Trabalho, capitalismo contemporâneo, trabalho, metodologia em ciências sociais.*

As mudanças no mundo do trabalho, provocadas pelo esgotamento da fase de expansão do capitalismo, que ficou conhecida como “anos dourados”, deram origem, no âmbito acadêmico, a uma grande variedade de formulações que têm em comum o fato de anunciarem algum tipo de “fim”. Assim, cunharam-se expressões como o “fim da sociedade do trabalho”, o “fim da centralidade do trabalho”, o “fim dos empregos”, etc.

As formulações que têm levado a tantos “fins” tratam, sob várias perspectivas, do esgotamento de um modelo de estruturação e reprodução do capital que se expressa em vários indicadores: a redu-

* Doutoranda em Ciências Sociais pelo PPGCS da FFCH/UFBA, professora da UCSAL e da UNIFACS e pesquisadora associada do CRH/UFBA.

ção do volume de trabalho envolvido na produção de mercadorias; a redução do número de trabalhadores diretamente envolvidos na produção industrial (o operariado); o aumento da proporção de trabalhadores nos serviços, a elevação das taxas de desemprego e, sobretudo, do desemprego de longa duração; a redução da proporção de trabalhadores envolvidos numa relação salarial normal - o emprego tipicamente fordista; mudanças de valores relativos à carreira profissional (que acompanham mudanças nas possibilidades concretas de seguir uma carreira), etc.

Em síntese, todas elas baseiam-se em:

- a) uma mudança quantitativa – o crescimento e estabilização, num patamar elevadíssimo (vis a vis a experiência do pós-guerra) do número de desempregados;
- b) e em várias mudanças qualitativas, que podem ser sintetizadas na perda de proteção social dos vínculos empregatícios – principalmente os novos vínculos; na intensificação e precarização do trabalho dos que permanecem empregados; na mudança no perfil das atividades que demandam trabalho e, conseqüentemente, no perfil da força de trabalho; no tipo de mobilização subjetiva requerida dos trabalhadores e, ainda, na fragmentação, heterogeneização da classe trabalhadora, com suas repercussões sobre a sua organização e capacidade de reação a essas mudanças.

Observe-se, ainda, que todas essas formulações são elaboradas por autores dos países centrais – em sua maioria das social-democracias européias, sobretudo a França e a Alemanha.

Muitos dos indicadores disponíveis – nas economias centrais e nos países da periferia com economias mais estruturadas – sinalizam para a confirmação de, pelo menos, algumas dessas tendências. No entanto, cabem algumas observações tanto sobre esses indicadores e sobre a sua capacidade de espelhar, satisfatoriamente, os processos

em curso, desde meados dos anos 70, como sobre o significado desses processos e suas implicações no plano teórico.

Este comentário busca retomar a discussão dessa problemática de duas perspectivas. Na primeira, buscar-se-á problematizar a base empírica sobre a qual se assentam os discursos dos vários “fins” e, na segunda, serão tecidas considerações sobre o significado dessas transformações tanto do ponto de vista do capital como do ponto de vista do trabalho.

PROBLEMATIZANDO AS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A quantidade de trabalho necessária para a produção de mercadorias, no plano da economia globalizada, sofreu (e continua a sofrer) uma redução absoluta, como afirmam os defensores das teses acima mencionadas? E, nesse caso, existe base para medir essa redução?

Apesar de um grande número de autores responder afirmativamente à primeira questão, não faltam elementos para suspeitar que todo o sistema de informação que permitiu à ciência econômica medir, com precisão crescente, as variáveis econômicas básicas (dentre elas o trabalho) encontra-se hoje defasado para dar conta da realidade contemporânea.

Esse sistema é centrado, principalmente, nos setores organizados da economia, isto é, numa base institucional que se constituiu, em grande medida, como fruto da capacidade de regulação e controle da atividade econômica dos estados nacionais. Sua base é, fundamentalmente, o país, sua população e as empresas nele sediadas; além disso, a maior parte das informações minimamente confiáveis refere-se aos países desenvolvidos e a alguns poucos países da periferia.¹ Mas, com

¹ Um esforço recente da OIT para construir um sistema mundial de indicadores sobre o mercado de trabalho evidenciou a falta de informações para muitos países e a ainda reduzida comparabilidade da maior parte das informações existentes. Ver no site da OIT: <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/publ/etp38.htm>

a mundialização do capital, parte crescente do processo de produção de mercadorias vem se deslocando para a periferia do sistema,² para países e regiões cujos sistemas de informação são precários ou simplesmente não existem.

Além disso, tanto nos países centrais como na periferia, observam-se, em graus variados, a desregulamentação e a redução da capacidade de fiscalização do aparato estatal, o qual dá origem a uma parte importante das informações que, consolidadas, constituem-se na base de dados sobre a economia.

Essa perda da capacidade de o Estado Nacional controlar o que ocorre no seu território, decorre da sua subordinação aos imperativos da competitividade do território (nacional, regional, local). Em nome dessa competitividade, os governos (em todos os níveis) dão ampla liberdade ao capital – desregulamentando a relação capital trabalho, ou melhor, regulamentando essa liberdade –, não punindo e mesmo não fiscalizando as infrações às normas ainda vigentes.

Assim, na falência dos projetos nacionais, no abandono da idéia de desenvolvimento, entrega-se ao capital, absolutamente soberano, sem controle social, a tarefa de desenhar e construir o futuro de cada país, de cada comunidade. Tudo se passa como se, agora, a única tarefa que importasse fosse fazer tudo o que seja necessário para que esse sujeito – tornado o único legítimo – “venha para aqui”, ou “não saia daqui”.

Soberano, o capital livra-se de todas as amarras e limites sociais construídos nos últimos séculos e, principalmente, no pós-guerra, e assume, sem disfarces, a sua verdadeira índole: conquistador, saqueador, sem controles institucionais ou sociais. Na sua reprodução, leva partes inteiras da economia a caírem no que, há poucas décadas atrás³,

² Com importantes diferenças entre setores e fases do processo produtivo.

³ Na presença de um estado fortemente regulador e de controles sociais eficazes, ao menos nos países com um certo patamar de desenvolvimento.

era chamado de economia clandestina, de economia submersa. E não se trata apenas de atividades marginais nem de atividades tangenciais ao crime, ou socialmente assim reconhecidas. É o coração mesmo do processo de acumulação contemporâneo que se torna opaco, ilegível, incomensurável, intransparente: hoje, controla-se tão pouco o capital financeiro quanto o tráfico de drogas ou de armas. Aliás, esses dois tipos de atividade já se mesclam, como mostram as constantes denúncias de lavagem do dinheiro do crime organizado por grandes bancos (Petrella, 1995).

Desse modo, parte significativa do trabalho subordinado e necessário também mergulha na obscuridade em que foi jogada parte das atividades de produção de mercadorias, tornando-se invisível para os instrumentos de coleta de dados e informações existentes, que não estão preparados para captar esses fenômenos.

Para compreender como isso é possível, é necessário deter-se um pouco na observação das mudanças que ocorreram nas últimas décadas.

A liberdade conquistada pelo capital decorre, como visto, de decisões políticas, mas a possibilidade de maximizar o uso dessa liberdade em seu próprio proveito foi, sem dúvida, enormemente ampliada pelas mudanças tecnológicas por ele engendradas. Essas, juntamente com o afrouxamento dos controles sociais, forneceram-lhe a oportunidade de ferir de morte o trabalho organizado, núcleo responsável pelas conquistas sociais que, nos países centrais, acabaram por se generalizar para toda a população e a única força que poderia ter colocado obstáculos ao projeto neoliberal que inspirou aquelas decisões.

Assim, mudanças tecnológicas permitiram reduzir os contingentes de trabalhadores necessários em certas etapas do processo de produção – sobretudo na produção de bens (agricultura e indústria), intensificar o trabalho, tornar obsoletas as qualificações dos trabalhadores e mudar as formas de gestão e organização dos processos de produção, distribuição e consumo. Essas mudanças (sobretudo nos

transportes e comunicações) libertaram o capital dos constrangimentos do tempo e do espaço, permitindo a desconcentração ou pulverização do processo de produção, tanto através de deslocalizações de plantas inteiras de países, regiões e localidades, como através da desconcentração do conjunto de atividades que compõem o processo de produção que, agora, não precisam mais estar reunidas numa mesma planta, sob o controle direto de um mesmo capital. Essa possibilidade facilitou e impulsionou o processo de subcontratação, tanto nacional como mundial, um dos principais responsáveis pela atual invisibilidade do trabalho (Dejours, 1998).

A fragilização do trabalho organizado – no contexto marcado pela derrocada das experiências do socialismo real, com suas seqüelas nos campos político e ideológico –, por sua vez, abriu o espaço necessário para uma vertiginosa investida contra todas as proteções que, no passado, foram politicamente construídas exatamente para impedir essa completa subordinação da sociedade ao mercado e a ruptura dos vínculos sociais (Castel, 1998). Uma investida cuja abrangência, velocidade e a impressionante capacidade de se auto-renovar não apenas desnorteia suas vítimas (os que vivem do próprio trabalho), mas dificulta também o seu diagnóstico, a percepção das tendências e a formulação de alternativas para o seu enfrentamento.

Nesse contexto, o sistema de informação atualmente disponível sobre o uso do trabalho no capitalismo contemporâneo torna-se defasado, porque, a partir dessa possibilidade de desconcentração do processo de produção, novas formas de compra e venda da mercadoria força de trabalho são implementadas, juntamente com a reciclagem de velhas formas de exploração do trabalho dentro e, sobretudo, fora das grandes empresas capitalistas, cujas informações, como visto, constituem a base de muitas das estatísticas que hoje mostram uma drástica e ininterrupta redução do volume de trabalho movido pelo capital, particularmente na indústria de transformação, mas não só aí.

Grande parte dos empregos, no interior dessas empresas, “desaparece”, para dar lugar a estágios, cooperativas de trabalho, contratação direta de serviços prestados por trabalhadores autônomos ou por firmas individuais, formas de contratação de trabalho que, na sua maioria, aparecem na contabilidade das empresas na forma de serviços de terceiros e não como despesas com a mão-de-obra envolvida no processo de produção

Externamente, o trabalho (e o emprego) perde visibilidade na cascata da terceirização em diferentes escalas de localização (no interior de uma mesma cidade, região, país ou global), a qual integra uma miríade de empresas de todos os portes, bem como trabalhadores autônomos, negócios familiares e redes obscuras (não raro, mafiosas) de contratação de trabalho a domicílio e de locação de mão-de-obra.

Tal fragmentação e pulverização não se limitam, entretanto, ao processo de produção, abarcando, pelo contrário, grande parte da rede de distribuição e de comercialização que garante a realização do capital investido – redes legais, mas também o contrabando, o comércio ambulante, as vendas a domicílio e os pequenos estabelecimentos comerciais não registrados.

Amplia-se, ainda, toda a rede de prestadores de serviços de instalação, reparação e manutenção e de outros serviços auxiliares da produção, em grande parte formada por trabalhadores autônomos e por pequenas empresas informais, que ganham por serviço prestado. Observe-se que essa última rede torna-se cada vez mais importante para a acumulação de capital quando atua no âmbito da produção, por permitir a redução dos custos, e quando atua na ponta do consumo porque, nesse caso, além de consumir diretamente produtos do núcleo capitalista, viabiliza o consumo desses produtos a um custo mais baixo, ampliando, portanto, o seu mercado (Oliveira, 1972). Na etapa do fordismo, uma parte expressiva do trabalho envolvido nessas atividades era realizada dentro das empresas “formais”, tanto na indús-

tria como no comércio e nos serviços, e assumia a forma de emprego assalariado com registro, facilitando a sua mensuração, hoje enormemente dificultada.

Finalmente, observa-se que tudo isso implica a revivescência e fortalecimento de atividades organizadas sob o modo de produção simples de mercadorias. Esse processo, em boa parte impulsionado por estratégias de sobrevivência implementadas por trabalhadores expulsos do mercado trabalho (*strito sensu*), não é, de forma alguma, alheio ao processo de acumulação no núcleo capitalista. Pelo contrário, parte dessas atividades é transformada por dinâmicas que se originam desse núcleo, constituindo-se em elos importantes do processo de acumulação de capital: recebe *inputs* (equipamentos, matérias primas, encomendas e demanda por serviços) do núcleo capitalista e lhe retorna produtos e serviços (trabalho).

Assim, de diversas maneiras, parte do trabalho que move a produção, assim como uma parte maior ainda do trabalho necessário para a distribuição, venda e consumo dos produtos do núcleo capitalista, tornou-se invisível para as estatísticas: trabalho contínuo ou esporádico, intenso, mal remunerado e desprotegido, não medido ou fortemente subestimado, mas essencial para a continuidade do processo de acumulação.

Conclui-se, portanto, que as estratégias de levantamento de dados, as metodologias e os instrumentos de coleta de informações hoje existentes⁴ não são capazes de dar conta das novas formas assumidas pelo processo de acumulação de capital, hoje assentado em complexas redes que mesclam atividades organizadas de modo especificamente capitalista com várias outras formas de produzir e de explorar o trabalho, em todas as etapas que compõem aquele processo.

⁴ A maioria das informações sobre o trabalho origina-se de pesquisas domiciliares, cujos resultados não permitem distinguir com precisão os trabalhadores (e as situações) que se articulam com as atividades do núcleo capitalista, e de levantamentos ou registros administrativos que têm como informantes as empresas – na maioria esmagadora dos casos, empresas formais, com algum tipo de registro junto ao estado.

Eles se tornaram inadequados para captar o trabalho na economia globalizada, subestimando em muito (em quanto?) o volume de trabalho necessário ao processo de valorização do capital (e à sua realização) no capitalismo contemporâneo. Captando apenas uma parcela desse trabalho – e sobretudo aquela realizada sob a forma de emprego formal, nas empresas formais – essas informações insuficientes estão na base do discurso do fim da centralidade do trabalho.

PROBLEMATIZANDO AS ANÁLISES

A rápida descrição acima realizada, sobre as novas formas assumidas pela economia capitalista, fornece, também, elementos para propor uma outra leitura dos processos em curso, diversa daquelas que concluem pela perda de relevância do trabalho, seja como fator de produção seja como elemento estruturador da sociedade e da identidade dos indivíduos. Sem a pretensão de realizar aqui essa leitura, a qual implica um esforço de elaboração teórica que seja capaz de dar conta das transformações em curso⁵ –, buscar-se-á, aqui, apenas pontuar algumas inquietações que surgem das leituras e discussões sobre a questão do trabalho neste fim de século.

ALGUMAS HIPÓTESES TEÓRICAS

Do ponto de vista do capital

A discussão sobre a importância do trabalho para a acumulação de capital não pode se restringir à forma de assalariamento, àqueles momentos onde está presente a subordinação direta do trabalho ao capital.

Para avaliar a relevância do trabalho no mundo atual, é importante retomar a formulação marxiana, segundo a qual o modo de produção especificamente capitalista (MPeC) no seu desenvolvimento,

⁵ Este esforço terá que partir, necessariamente, de uma discussão das contribuições de Marx, autor com o qual, explícita ou implicitamente, estão dialogando todos esses autores.

tenderia a retomar modos de produção anteriores para subordinar novas áreas:

...a produtividade do trabalho, o volume da produção, o volume da população e o volume da superpopulação, desenvolvidos por tal modo de produção (o modo de produção especificamente capitalista) suscitam, incessantemente, com o capital e o trabalho agora disponíveis – novos ramos produtivos, nos quais o capital pode trabalhar novamente em pequena escala e percorrer, novamente, as diversas fases do desenvolvimento, até que esses novos ramos de atividade também comecem a ser explorados em escala social. É esse um processo contínuo. Simultaneamente, a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais dos que até então não se apoderara, e nos quais ainda [se dá] apenas a subsunção formal. (Marx, 1978, p.67).

No capitalismo contemporâneo, isso efetivamente vem ocorrendo mas, diferentemente do que é afirmado por Marx nesse trecho, o percurso pelas diversas fases do seu desenvolvimento não vem se restringindo às áreas “novas” (nem se limita à indústria), ocorrendo também em setores que já estavam organizados de forma especificamente capitalista e abarcando um leque de atividades muito mais extenso que a produção industrial. Como visto, o desenvolvimento tecnológico permitiu superar a exigência de subordinação direta de grande número de trabalhadores a um mesmo capital, num mesmo espaço, o que, segundo Marx, caracterizaria o MPEC. Tornou possível fragmentar o processo de produção e incorporar, às redes coordenadas e subordinadas ao grande capital, pequenos capitalistas, formas de produzir as mais variadas, observando-se a recuperação de quase todas as formas de extração de mais valia que se julgava ultrapassadas ou tendendo ao desaparecimento.

O trabalho necessário à continuidade do processo de acumulação de capital não se restringe àquele diretamente ligado ao momento da produção, mas abarca o conjunto das atividades que integram o ciclo de acumulação do capital e, inclusive, parte daquelas que organizam e viabilizam o consumo de bens e serviços

No capitalismo contemporâneo, ganha cada vez mais relevância a produção de bens imateriais e de serviços, e a ciência e a tecnologia deixam de ser apenas suportes do capital e se convertem em forças produtivas, em agentes da sua acumulação (Chauí, 1994). Desse modo, como nunca no passado, a continuidade do processo de acumulação de capital supõe um volume crescente de trabalho fora do momento da produção *stricto sensu*. Esses trabalhos concretos, realizados no setor de serviços, são trabalhos necessários não apenas para assegurar a produção e a circulação das novas mercadorias mas, também, o seu consumo. Embora, muitas vezes, assumam a forma de venda de serviços a famílias ou pessoas, esses serviços são imprescindíveis à realização do capital investido na produção, inclusive em setores que hoje puxam a acumulação e se destacam nas bolsas de valores, dos quais o exemplo emblemático talvez seja o dos serviços de produção e disseminação de informações, os de manutenção de equipamentos e os de suporte ao usuário (empresas, instituições ou famílias) na área de informática.

É também sob esse ponto de vista que se pode entender, por exemplo, a rápida expansão dos serviços educacionais, os quais se tornaram hoje uma das fronteiras de expansão do capital. E, também, a ênfase na importância da educação, frisada por governos nacionais e pelos organismos internacionais que representam o grande capital, a qual, ao contrário do discurso, obviamente não decorre do seu interesse na democratização da educação como um dos direitos da cidadania.⁶

Elas derivam, em primeiro lugar, da necessidade de assegurar ao capital uma força de trabalho com características (conhecimentos, habilidades) adequadas às novas exigências dos processos produtivos, num volume suficiente para garantir a existência de um excedente de

⁶ A sinceridade desse elaborado discurso em defesa da educação – o qual, como não poderia deixar de ser, encontra eco junto aos setores democráticos de todos os países – é desmentida pela outra ordem de prioridade dos mesmos governos e organismos – as políticas econômicas de corte neoliberal que destroem as proteções sociais e as possibilidades de ação coletiva, dois dos pilares básicos da cidadania.

trabalhadores com elevada escolaridade, indispensável para garantir ao capital as condições para impor, à maioria desses trabalhadores, baixos salários e empregos ou trabalhos precários, rompendo a relação entre escolaridade elevada e salários elevados e bons empregos, mas não apenas isso. Elas também espelham uma outra exigência atual do processo de acumulação de capital, menos considerada: a de capacitar o maior contingente possível de pessoas a se tornarem consumidoras (em potencial) das novas mercadorias, carregadas de tecnologia e de informação. Assim, o trabalho dos profissionais da área de educação, independentemente de se ele ocorre numa empresa privada ou no sistema público de ensino, cumpre hoje um papel ainda mais fundamental no processo de acumulação do que no passado.

Está claro, portanto, que todas essas transformações impõem uma discussão teórica de fôlego sobre várias formulações marxianas (dentre as quais o conceito de trabalho produtivo), procurando ver como elas se especificam na atual etapa do capitalismo.

Do ponto de vista do trabalho

As proposições sobre o fim da centralidade do trabalho, na sua maioria, abstraem que, sem a superação da propriedade privada dos meios de produção, essa hipótese é um contra-senso. Hoje, nos países centrais e, em grande parte, nos países industrializados da periferia, a maioria da população já é constituída de trabalhadores “livres para o capital” e, nos demais, parcelas crescentes da população caem nessa condição, isto é, precisam trabalhar para sobreviver e não podem fazê-lo senão sob a forma assalariada (nas várias formas que essa relação pode assumir), ou sob a forma de auto-emprego, em condições

inteiramente determinadas (quando não diretamente subordinadas) ao núcleo capitalista.⁷

Não consideram também que a centralidade do trabalho, como valor para a construção da identidade e para a auto-afirmação, deriva muito mais desse aspecto do trabalho se constituir em condição necessária à sobrevivência e à construção e manutenção de vínculos sociais, do que do caráter ontológico dessa atividade, posto que, na sociedade capitalista ou seja, na sociedade do trabalho abstrato, o trabalho perde, para a maioria dos que trabalham, grande parte da capacidade de ser um elemento essencial para a realização de si próprio (e não apenas agora, na atual etapa do processo de acumulação).

Daí que as “evidências empíricas” do suposto fim da centralidade do trabalho, do trabalho como valor relevante na vida de cada indivíduo, são geralmente extraídas de pesquisas realizadas com jovens. Com a ênfase na juventude, procura-se mostrar que está em curso uma mudança cultural de grandes proporções com relação ao valor atribuído ao trabalho: as futuras gerações tenderiam a valorizar, cada vez menos, o *status* de trabalhador, investindo mais nas possibilidades de realização em outros âmbitos da existência.

No entanto, as pesquisas pontuais que são citadas pelos defensores do fim da centralidade do trabalho na vida de contingentes crescentes de trabalhadores são claramente insuficientes como evidência empírica de um processo desse tipo, por várias razões.

Primeiramente, observe-se que os jovens não se constituem numa classe ou fração de classe, nem se constituem num grupo social homogêneo. A juventude é uma fase da vida, com significados e valores distintos em função da situação de classe dos indivíduos. Além disso, as pesquisas que originam as evidências empíricas de uma mu-

⁷ Essa última forma é menos relevante nas social-democracias européias, onde o *welfare* ainda assegura parte importante das necessidades da reprodução e garante transferências de renda monetária para assegurar a subsistência dos desempregados.

dança cultural desse porte referem-se aos jovens dos países centrais, onde o *welfare* e as condições de vida das famílias ainda garantem mínimos de subsistência que lhes permitem a recusa – temporária – do trabalho. A terceira razão da fragilidade desses dados como evidência de um processo estrutural é de ordem metodológica. Sendo a juventude uma etapa do ciclo vital, seria preciso trabalhar com histórias de vida para testar a validade dessas conclusões, não apenas porque as tendências manifestas nessa fase podem não se sustentar na idade adulta, porque podem não se configurar como tendência histórica para as futuras gerações. Assim, cabe perguntar: o que fizeram os *hippies* dos anos 60, na idade adulta? O que fazem hoje? O que se sabe é que nos países centrais e, sobretudo nos Estados Unidos, a eles se seguiram, nos anos 80, os implacáveis *yuppies*.

Por tudo isso, parece ser precipitado tirar conclusões sobre o fim da centralidade do trabalho a partir de resultados encontrados nessas pesquisas de opinião, realizadas entre jovens de países desenvolvidos, em geral superprotegidos (em comparação com a maioria dos jovens do planeta). Jovens que, não obstante... trabalham, ou estudam cada vez mais, preparando-se para ...o trabalho, ou que, desempregados, o que mais anseiam é ...um trabalho que valha a pena, um emprego com um mínimo de dignidade (Castel, 1998, Pialoux, M., Beaud, S, 1998).

À guisa de conclusão

As formulações sobre o fim da centralidade do trabalho, tanto à esquerda como à direita, têm um caráter desmobilizador e imobilizador pois, atribuindo à noção do trabalho uma dimensão negativa, acabam por colocar como desnecessários os proprietários da força de trabalho procedendo, portanto, a uma desqualificação social dos próprios trabalhadores.

O impacto de tal ideologia sobre os que dependem exclusivamente da venda do seu trabalho para sobreviver é psicologicamente deprimente. Leva os indivíduos a assumirem essa inutilidade, a se sentirem incapazes de uma ação coletiva visando a alterar o *status quo* e a se submeterem individualmente – mas também coletivamente, como mostram alguns acordos defensivos coordenados por sindicatos – a todas as exigências do capital. A depender do contexto – maior ou menor taxa de desemprego, de proteção social, etc. –, o indivíduo faz qualquer coisa para conseguir e manter um trabalho (qualquer um) e, mais ainda, para que lhe dêem um emprego, para quem lhe dê uma utilidade, condição para a própria sobrevivência e inserção social. Ou, incorporando o discurso que o desvaloriza, que o torna alguém dispensável e intercambiável o trabalhador, submetido a condições de trabalho degradantes, vê cada trabalho que faz como também intercambiável, sem qualquer sentido, além daquele que deriva do fato de ser a fonte do seu sustento (Sennett, 1999).

Impõe-se, portanto, contrapor a esse discurso de frágil fundamentação – empírica e teórica – uma análise das transformações recentes do capitalismo que vá além do mero confronto das condições atuais do mercado de trabalho com aquelas vigentes nos países centrais, na etapa do fordismo, marcada pelo quase pleno emprego e pela generalização do emprego protegido e estável, confronto esse que está na base das formulações aqui criticadas. Uma análise que faça um outro tipo de leitura dos dados existentes e que incorpore os resultados das pesquisas empíricas que vêm sendo realizadas por sociólogos e economistas do trabalho, do centro e da periferia, sobre as redes de subcontratação⁸ e sobre a informalidade. Uma análise desse tipo, demonstraria que falta base para afirmar o quase “desaparecimento” do trabalho produtivo e a idéia de que o trabalho está deixando de ser central, seja trabalho no sentido restrito, trabalho ligado diretamente à

⁸ Ver, por exemplo, Druck, G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*, SP, EDUFBA/BOTIEMPO, 1999.

produção *stricto sensu* de valores de troca, seja trabalho no sentido mais amplo, ou seja trabalho necessário à garantia do processo de acumulação, esteja ele direta e visivelmente subordinado ao capital, realizado sob as condições que caracterizam o MPeC, ou não.

Este balanço crítico auxilia, a nosso ver, a desmistificar a idéia de que o capital autonomizou-se do trabalho, de que este não é mais central no processo de acumulação e de que uma parte crescente dos trabalhadores – em alguns discursos, a maioria – tornou-se desnecessária para o capital, a qual revela o seu caráter ideológico, ao disseminar-se, com uma força impressionante, exatamente quando quase todo o trabalho (ou pelo menos, uma gama muito mais ampla de trabalhos concretos e de formas de trabalhar) torna-se essencial à continuidade do processo de acumulação

Uma visão que partisse de uma perspectiva histórica mais abrangente levaria a considerar, por exemplo: a) a excepcionalidade do período do pós-guerra (como faz Hobsbawm, 1995), evitando tomar as características assumidas pelo capitalismo nesse período, nos países centrais, como referência exclusiva para a análise das transformações recentes; b) que os anos seguintes ao esgotamento do fordismo, marcados pela hegemonia das políticas neoliberais e por uma avassaladora ampliação do poder do capital, constituem um período ainda muito curto para permitir conclusões definitivas sobre as possibilidades de desenvolvimento futuro da própria economia capitalista, a qual não paira no ar mas, pelo contrário, continua a depender de correlações de forças políticas, da evolução de variáveis extra-econômicas; c) que, na história do capitalismo, a introdução de mudanças tecnológicas em larga escala sempre foi seguida de períodos de desemprego massivo, depois parcialmente superado pelo desenvolvimento de novas atividades – com a conseqüente transferência intersetorial dos excedentes de mão-de-obra e com a redução da jornada de trabalho, conquistada pelos trabalhadores e d) que, sob o capitalismo, a estabilização e a universalização do pleno emprego e de uma qualidade de vida elevada

não passam de um mito burguês. Ao retirarem do fiasco dessa ideologia a conclusão de que o trabalho já não é mais central, nesse sistema, as teses sobre o fim da centralidade do trabalho acabam por substituir um mito por outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, M. **De alianças, atrasos e intelectuais**. FSP, 24 de fevereiro, 1994.
- DEJOURS, C. Centralité ou déclin du travail. In: KERGOAT, J *et al* (Orgs). **Le monde du travail**. Paris: La Découverte, 1998.
- DRUCK, G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: EDUFBA/ Boitempo, 1999.
- DUBAR, C. O debate sobre o futuro do trabalho na França (1988-1998). **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, [s.l.], v. 4, n. 8, 1998.
- FREYSSINET, M. The emergency, centrality and end do work. **Current Sociology**, [s.l.], v. 47, n. 2, abr., 1999.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado – para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GORZ, A. Le travail fantôme. In: KERGOAT, J *et al* (Orgs). **Le monde du travail**, Paris: La Découverte, 1998.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARX, K **O capital. Livro I, Capítulo VI (Inédito)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MÉDA, D. **Réflexions sur une disparition, (C'est quoi le travail?)**, 1997, oct. Disponível na internet <http://in-situ.org/Archives/institu02/cb03.htm>.
- OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade - problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OFFE, C. **Pleno emprego?** Para la crítica de un problema mal planteado. 1999. Disponível na Internet http://www.ccoo.es/arcadia/arc_02_off.html

OLIVEIRA, F. Economia brasileira: crítica à razão dualista. **Novos Estudos CE-BRAP**, São Paulo, n. 2. 1972.

PETRELLA, R. Les patrons de la terre. **Le Monde Diplomatique**. [s.l.], n. 28, nov. 1995. (Manière de Voir)

PIALEAUX, M., BEAUD, S. Permanentes e temporários. In: BOURDIEU (Coord). **A miséria do mundo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

POLANYI, K **A grande transformação – as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus. 1980.

SENNETT, R **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. São Paulo: Record, 1999.